



Anais da Assembleia

Nº 38

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE ABRIL DE 1992.

ANO XVIII

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 30.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1992
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Alves, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig, Cezar Silvestri, Domingos Carvalho, Emília Belinati, Hermas Brandão, José Tavares, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra e Rossoni (09). Em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nomi-

nal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Vinte e oito Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO Nº 405/92

Senhor Presidente.

Impossibilitado de estar presente na Assembleia Legislativa neste dia 15 de abril, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar justificativa à minha falta.

Na certeza de poder contar com a atenção de Vossa Excelência, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 15.04.92

(a) MARIO BEZERRA

OFÍCIO Nº 1200/92:spb

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 15 e 16.04.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 475

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual DOMINGOS FAUSTINO DE CARVALHO, adiante firmado, vem, através do presente expediente, justificar sua ausência, em data de hoje, na Sessão Plenária desta Casa, pois, às 15:00 horas, estará na Cidade de Ponta Grossa, fazendo parte da comitiva do Senhor Governador.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO Nº 485

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, com base no § 2º do artigo 175 do Regimento Interno, REQUEREM a diminuição do interstício para discussão e votação em Sessão Extraordinária a ser convocada após a presente Sessão Ordinária, para apreciação

dos Projetos de Lei n.ºs 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101 e 102/92, que tratam de aumentos de vencimentos dos funcionários públicos, bem como para as Sessões Extraordinárias que vierem a ser convocadas subsequentes a esta.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(aa) ORLANDO PESSUTI

JOÃO ARRUDA

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

DURVAL AMARAL

EDSON SILVA LINO

REQUERIMENTO N° 489

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem à presença de Vossa Excelência para comunicar que, nesta data está reassumindo seu mandato, após período de licença.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 494

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 488

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, SOLICITA a reintegração na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 525/91, de nossa autoria, que autoriza a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba.

Estamos propondo que seja reincluído na próxima Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da Assembleia Legislativa de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora IRMGART JOSEPHINA A SCHERER, ocorrido em Ponta Grossa, Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado conhecimento ao Senhor JOSE SCHERER e familiares, a Rua Marquês de Maricá, 321 - Bairro São José - CEP 84015 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

Membro de tradicional família pontagrossense, consternou inúmeros amigos e familiares com seu falecimento. Esposa exemplar e mãe dedicada, entregou-se com sacrifício a educação dos filhos SILVIA, GILMAR e Doutor EDEGAR SCHERER, passando desde então a guardar admiração e o respeito dos que a conheciam, por seus esforços, por sua retidão moral, pelos valores de bondade que transmitia.

Assim, neste momento de dor, oficialmente me associo a seus familiares.

REQUERIMENTO N° 484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. NACIB DE PAULA ABDALA, ocorrido nesta data, na cidade de Maringá.

Muito embora o único fato já confirmado nesta vida seja a morte, fomos lamentavelmente surpreendidos com a notícia do repentino falecimento do nosso querido amigo.

Homem bom, íntegro, chefe de família exemplar, cuja partida para a eternidade abre uma lacuna irreparável no seio da sociedade onde conviveu, deixando lições de dedicação, trabalho e humanismo que ficarão gravadas naqueles que sempre dispuseram de seu convívio profissional e familiar.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja oficiada a família enlutada: Senhora IVONE VECHI ABDALA - Rua XV de Novembro, 1.240 - Maringá - PR - CEP 87.013.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 491

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER consignação de voto de pesar, pelo falecimento do Senhor JOSE GUIMARAES, ocorrido na data de ontem.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO Nº 478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feito a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Senador Affonso Camargo, empossado em data de 13 de abril do ano em curso como Ministro dos Transportes e Comunicação do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

Em data de 09 de abril do ano em curso, quando o Presidente da República, FERNANDO COLLOR DE MELLO, concluiu a reforma ministerial. Com a escolha do Senador AFFONSO CAMARGO, paranaense, para o Ministério dos Transportes e Comunicação, é motivo de muito orgulho para o Estado do Paraná, participar com a competência e austeridade, com que já provou frente ao Ministério dos Transportes do Governo José Sarney. O Senador Affonso Camargo eleva mais uma vez o conceito do Estado do Paraná, no âmbito da Nação Brasileira.

E portanto, motivo de contentamento para esta Casa, associar-se as congratulações que são merecidamente manifestadas ao ilustre Ministro Affonso Camargo.

Que o teor do presente dê-se ciência, conforme abaixo:

Senador Affonso Camargo
Ministério dos Transportes e Comunicação
Esplanada dos Ministérios
Brasília - DF

REQUERIMENTO Nº 487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao Município de PALMAS, pela passagem dos 113 anos de sua emancipação política.

Requer outrossim que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal DIMORVAN CARRARO, ao vice-Prefeito HILARIO ANDRESCO, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população palmen- se.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia de ontem, o Município de PALMAS comemorou brilhantemente seus 113 anos de fundação, onde estivemos presentes.

Nesta oportunidade queremos homenagear, através do Poder Legislativo, a laboriosa população de PALMAS, que com júbilo, comemorou seus 113 anos de emancipação política. Homenagem esta que estendemos também aos seus administradores de todos os tempos.

PALMAS se consolidou como um dos principais pólos de desenvolvimento da importante região sudoestina.

Daquele rincão, modelos cívicos, morais, religiosos e políticos, compuseram o perfil do homem paranaense, criado sob a influência da civilização dos campos de PALMAS. Daí as muitas figuras titulares que ornamentam a genealogia das famílias que povoaram PALMAS.

A história de PALMAS começa em 14 de abril de 1879, que com o correr dos anos foi crescendo e transformando-se em Cidade, recebendo migrações que permitiram um desenvolvimento significativo, marcado por muito esforço, principalmente aquele desenvolvido pela tradicional família palmen- se, cuja história é rica em fatos. O Município de PALMAS tem dado vultos importantes para nosso Estado e ao País, sendo marcante a participação do seu povo nas questões políticas.

A passagem dos seus 113 anos, representa muito mais do que uma comemoração: foi um evento que marcou além do seu registro histórico, uma PALMAS renovada pela fibra do seu povo ao longo da história.

PALMAS, berço da civilização paranaense, depositária das passagens mais brilhantes de nossa história, chega aos 113 anos com um estilo moderno de ser, mas sem perder suas raízes e sem perder o seu passado de glórias e sua história.

Entre as festividades alusivas às comemorações do 113º aniversário de emancipação política do Município, destacamos: a 1ª EXPOPALMAS no Parque de Exposições "Pê Vermelho", com a FEIRA DE BEZERROS e FEIRA NACIONAL DA RAÇA CARACU. A pecuária na Região é quase modelar em todos os aspectos, e se encontra na atualidade, em particular destaque contribuindo com o desenvolvimento integrado e harmônico de toda a população com as autoridades municipais.

A manifestação cultural, nas feiras, nas exposições ou outros eventos, a criação coletiva ou isoladamente, tem sido bastante acentuada, mas a preservação de todo esse trabalho é historicamente significativa pela coragem e estímulo da gente de PALMAS.

Os problemas são o ponto que une a todos os palmen- ses, legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso. As gran-

des conquistas e os avanços mostram que é com trabalho e dedicação que se forja um grande e admirado Município, e que se melhoram as condições de vida da população.

Nesta data tão significativa, todo o povo de PALMAS é credor de nossa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de saudades ao Presidente TANCREDO NEVES, pela passagem do 7º aniversário de sua morte.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Senhora RISOLETA NEVES.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A ausência do Presidente TANCREDO NEVES nos deixou um grande vazio, uma imensa dor, um sentimento de frustração, mas, mesmo na grande saudade que marca o "21 de abril", encontramos conforto e alento ao lembrarmos suas palavras; as palavras que ele escreveu, mas que infelizmente não chegou a pronunciar.

Já passados 7 anos do seu desaparecimento, ainda permanece viva entre nós a lembrança daquele que foi o baluarte da nossa democracia, o defensor dos menos favorecidos, sempre inspirando grande confiança no futuro do Brasil.

Com esta homenagem, queremos reverenciar a memória do grande estadista que foi TANCREDO NEVES, que deixou esta vida para entrar na história e na memória cívica da Nação Brasileira.

REQUERIMENTO Nº 482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, REQUER o envio de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Senador Affonso Camargo - Digníssimo Ministro de Estado dos Transportes, encarecendo a tomada de medidas que possibilitem a construção da Rodovia Maringá/Curitiba, via localidade Faxinal dos Mendes.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia do Café está saturada.

Seus usuários tem trafegado com total insegurança quando são obrigados a suportar um tráfego acima do normal, enfrentando trechos de terreno acidentado e sujeitos a forte neblina, o que congestiona todo o trecho Maringá - Apucarana, que é o funil de ligações de Paranavaí, Cianorte,

Umuarama e Campo Mourão com Curitiba, o que leva os motoristas a um desgaste físico e mental, comprometendo os conceitos de segurança.

A pavimentação da auto-estrada ligando Maringá a Faxinal dos Mendes reduzirá em mais de 50 (cinquenta) quilômetros a distância entre o Noroeste do Paraná e Porto de Paranaguá, desafogará a sobrecarga de tráfego de veículos na Rodovia do Café e propiciará segurança e economia em todos os sentidos, inclusive na sua construção, pois seu trajeto apresenta uma topografia favorável: desviando-se das serras e aproveitando-se mais de 90% do leito já existente e, conseqüentemente, reduzindo-se seu custo substancialmente. Concretizada, essa rodovia exterminará definitivamente a dicotomia geográfica, econômica e social entre Sul e Norte, consolidando assim o corredor de exportação.

REQUERIMENTO Nº 483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Senador Affonso Camargo - Digníssimo Ministro de Estado dos Transportes, encarecendo a realização de estudos para que se viabilize a construção da ferrovia Maringá/Paranavaí, via Porto Primavera/Rosana (SP) e Dourados (MS).

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que o transporte ferroviário é o meio mais econômico, visto que é o único capaz de atender a transferência de grandes volumes de carga, dos centros produtores para os centros consumidores e aos portos, para a exportação.

É extremamente importante a construção desta ferrovia, meta de muitos governos, porém até hoje não executada.

Nunca é demais ressaltar condições favoráveis existentes para esse projeto, quer topograficamente ou economicamente, fator que proporcionará uma economia de até cinco vezes de combustível no transporte dos produtos destas regiões, e que será de fundamental importância para o desenvolvimento do noroeste do Estado, consolidando assim, essa região paranaense como polo comercial e corredor de exportação, com benefícios diretos para o Porto de Paranaguá em particular e para todo o Estado de forma geral.

É nosso dever, como representante do povo, persistir na cobrança junto ao Governo Federal para que de forma alguma estes estudos sofram qualquer tipo de retardamento, e fazer com que esta ferrovia se torne uma realidade dentro do menor prazo.

de tempo possível.

REQUERIMENTO Nº 486

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Governador, Roberto Requião, solicitando que o reajuste ora em tramitação nesta Casa, seja pago aos servidores em folha complementar, até o dia 10 de maio de 1992.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Um dos argumentos para se votar as mensagens governamentais distribuídas ontem, em sessões extraordinárias é para que o reajuste pudesse ser incluído na folha de pagamento deste mês.

Ora, o servidor terá muito mais benefício se tiver conhecimento com antecedência do que está colocado em apreciação na ALEP que lhe diz respeito e ter garantido o direito de no máximo até o dia 10 do mês seguinte ele receber seu reajuste. Desta forma os próprios servidores poderão estudar as mensagens, conversar com os Deputados e ajudar na compreensão de matéria tão complexa.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 102/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - É autorizado o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do I.C.M.S. em relação às operações internas com telhas e tijolos de barro.

§ 1º - A redução não poderá ser inferior à menor alíquota prevista para as operações interestaduais (art. 155, § 2º, item VI da Constituição Federal).

§ 2º - A redução poderá ser dada na fase inicial intermediária ou final da circulação da mercadoria.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei dentro de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de dispositivo de relevante peso social constituindo-se numa iniciativa que poderá abrir oportunidade para colaborar na solução do problema de moradia, especialmente para as famílias de baixa renda, considerando-se que hoje os tribu-

tos encarecem sobremaneira os materiais de construção. Esse tipo de benefício, embora restrito, não deixará de ser um estímulo que representará a contribuição do governo, inclusive para incentivar a construção civil, gerar mais mão-de-obra no setor na busca do atendimento social.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Alceu Swarowski, inscrito.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, funcionários desta Casa, imprensa presente, Senhores Deputados.

Estamos na semana em que reverenciamos o bicentenário do martírio daquele que é o patrono cívico da Nação brasileira.

E este acontecimento, Senhores Deputados, nos leva a uma grande preocupação. Todos sabem que se esboça no Rio Grande do Sul e algumas partes do Paraná e Santa Catarina, um movimento pró-criação da Confederação dos Estados do Sul, compreendendo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, talvez inadvertidamente alguns entusiastas pela idéia de uma maior participação no bolo tributário da União aos Estados e Municípios, um reestudo do Sistema Federativo deste País defendam o proclamar tal idéia, tal propósito, mas observem Senhores Deputados, que a Confederação dos Estados do Sul, não apenas no aspecto político, mas histórico e sociológico e jurídico, representa isso sim a secessão, a separação, a divisão do Norte em relação ao Nordeste, em relação ao Sudeste, em relação ao Centro Oeste e ao Sul do nosso País, e nos seus desdobramentos pelo futuro afora, poderá levar esta nação ao caos, à guerra civil, ao derramamento de sangue, como derramou o nosso Mártir da Independência - Tiradentes.

Dizem, Pontes de Miranda, Alceu de Amoroso Lima, Ronald Carvalho, que o maior assombro na nossa história é a Federação. É uma idéia que surgiu com o descobrimento anterior e superior aos legisladores e até aos constituintes que representam o poder originário. É esta a idéia que surgiu com a Inconfidência Mineira, idéia de república federativa. Se propagou com a abdicação de D. Pedro I em 1831 e se consolidou no famoso Manifesto Republicano de 1870. Idéia que é do povo, da alma, do espírito brasileiro e não apenas do Congresso Nacional ou das Assembléias Legislativas ou das Câmaras Municipais. Pré-existiu a unidade nacional antes da própria federação. Daí se enganam redondamente os propugnadores da idéia separatista de Paraná, Santa

Catarina e Rio Grande do Sul, desavisados que isto será uma separação, uma luta entre brasileiros com os desdobramentos os mais dramáticos e trágicos, seria a repetição da famosa Secessão americana que... (TERMINO DO TEMPO).

Senhor Presidente, solicito o horário da Liderança. (Assentimento).

No aspecto jurídico, Senhores Parlamentares, a pretensão esbarra fundamentalmente, frontalmente, com o que estabelece o Artigo 60, item 1, da Carta Magna de 88, que mais uma vez, seguindo a tradição de todas as nossas Constituições Federais, desde a de 1891, 34, 46, 67, a Emenda de 1969 e a nossa, que consagraram a cláusula pétrea, o cerne inalterável de qualquer Emenda constitucional, e a nossa repete taxativamente que não será objeto de deliberação a proposta de qualquer emenda tendente a abolir, a suprimir a forma federativa de Estado. Repete a mesma coisa o Artigo 1º, falando da união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, e também fala o Artigo 34 que haverá intervenção federal no caso da quebra da integridade territorial do nosso País. Portanto será um chamamento e a convocação, Senhores Deputados, para uma luta entre irmãos, entre brasileiros, contra a alma e contra o espírito nacional que exigiu sempre a federação ao longo da nossa história. Senhor Presidente, Senhores Deputados, reuniram-se os inconfidentes nos últimos preparativos para a eclosão da Inconfidência Mineira. Naquele conciliábulo secreto estavam presentes todos os convocados, todos os conjurados mineiros. Atmosfera carregada, eletrizada, aguardando o desfecho daquela revolução libertária contra Portugal para implantação de uma pátria livre, sob a forma Republicana Federativa. Em dado instante, a entrada da porta soa e a emoção se estabelece. Vai Tiradentes atender e introduz a poetisa e a heroína Bárbara Eliodora, esposa do Alvarenga Peixoto, ao recinto, e sobraçava o enorme retângulo branco, de seda, e que era o primeiro galardão, o primeiro símbolo da Pátria que eles queriam criar.

Desdobrado aquele retângulo sagrado, veio escritas as célebres palavras "libertas quae sera tamen". Tiradentes, transfigurado, magnífico, com os dedos de fogo arranca aquele pano branco, levanta-o comovidamente, qual uma hóstia sagrada em oferta ao Senhor, desce-o, beija-o comovidamente, e entre lágrimas, proclama: "Por ti juro que morrerei se preciso for".

E o sangue derramado no patíbulo, em 21 de abril de 1792, Senhor Presidente e Senhores Deputados, está, ainda, a salpicar as páginas da nossa história, como uma advertência patriótica, heróica e sagrada a todos nós, para que não repitamos, como

Mauriac, que a "história dos povos são escritas pelo sangue dos homens".

Não, Senhores Deputados! Queremos uma pátria livre, soberana sim, não feita do sangue dos nossos compatriotas, dos nossos irmãos, de todas as latitudes do nosso País. Mas, uma pátria feita pelo espírito da união, como um grito que revoa do Oiapoque ao Chuí, das alvinhentas areias do nosso litoral, até os contrafortes da Serra de Contamana, como queria Tiradentes, o herói sagrado da nossa independência. Bem ali, e ele não chegou a contemplar a sua pátria, mas foi o primeiro herói dela.

Passamos este espírito de unidade nacional arraigado na alma e no espírito e na consciência de todos os brasileiros, o nosso propósito solene e revigorado, diuturnamente, nesta Casa, para que através da paz, do trabalho construtivo de todos e do espírito de defesa da nossa terra contra a cobiça internacional, não apenas da Amazônia, que ficou virgem, por ocasião dos desmandos da Dinastia de Bragança, no século XVIII, na ânsia insaciável de consumir as nossas riquezas, mas, principalmente como um todo coeso, único, o todo que é o Brasil, nosso, dos nossos antepassados. E possamos dizer aos pósteros que Tiradentes não morreu em vão.

Uma feliz, uma alegre, uma santa Páscoa a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos a palavra ao Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na defesa do Regimento Interno e da Constituição, fui a exaustão como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Sempre trouxe ao Plenário a impressão de que esta Casa deveria agir com responsabilidade dentro da Lei e da Constituição. Nós todos juramos respeito a ela, nós todos temos para com o Estado compromissos inalienáveis e o Deputado investido das funções tem obrigação, não apenas de defender os seus princípios, os princípios que norteiam a sua vida e o seu comportamento, mas acima de tudo, tem o dever de dar a sua contribuição maior à instituição a que pertence e ao Estado que representa.

Temos assistido cenas nesta Casa que agridem aos princípios do respeito que ferem a Constituição, que agridem o Regimento Interno. Não passamos de cinquenta e quatro Deputados comandados por um só homem, que de acordo com as suas conveniências, do seu partido e dos seus interesses comanda as votações, estabelece a Ordem do Dia, determina o comportamento das Comissões Permanentes e faz com que todos seja-

mos caudatários não das suas idéias, mas dos seus interesses, do interesse maior do seu Partido.

Não me senti mais, a partir do episódio de ontem, em condições de presidir a Comissão de Constituição e Justiça, razão porque, logo após a Sessão Extraordinária de ontem, entreguei aos meus Pares que sempre prestigiaram aquela Presidência, e o fiz com a consciência tranquila, certo de que cumpri desde o primeiro dia do meu mandato com seriedade, com compostura, com dignidade, com respeito e com amor ao Paraná, aquilo que a minha consciência jurídica e de homem público me determinava.

O Governo do Estado encaminha a esta Casa e os demais Poderes Judiciário, Tribunal de Contas, Procuradoria Geral da Justiça, também encaminham a esta Casa, não o aumento de vencimentos, mas encaminham todo um tratado reformulando funções, dando as condições mais dispares possíveis às várias classes dos servidores públicos. Já havia na própria Mesa da Assembléia Legislativa na tarde de ontem, pedido de urgência para essas matérias. Houve tempo suficiente para o Governo do Estado preparar essas Mensagens.

Ontem mesmo estando num órgão importante desse Estado, eu assisti uma conversa telefônica, onde se solicitava com urgência, remessa de qualquer maneira de Mensagem Governamental. Como se nós tivéssemos a obrigação de votá-la em 48 horas, com a preocupação que temos a Páscoa pela frente. Eu não estou aqui para passar a Páscoa na minha casa. Fui eleito para passar a Páscoa, o dia da Páscoa aqui na Assembléia Legislativa se for necessário.

Quantas e quantas vezes pedi à Presidência dessa Casa, falei com os líderes dos Partidos políticos que nós tínhamos a necessidade de promover uma revisão do Regimento Interno desta Casa, para que todos pudessem ser iguais na defesa de seus Partidos e de seus ideais. Todos fizeram ouvidos moucos! Fui à exaustão, mas não perdi a minha dignidade! Saio da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão que teve importância muito grande nos trabalhos legislativos, no ano passado, não graças a mim mas pela participação eficiente, pela participação idealista, pelo comparecimento permanente dos Senhores Deputados que a constituem. E quantas e quantas vezes os 15 membros participavam das Comissões! Isso foi importante para este Parlamento. Esse Parlamento se enriqueceu e engrandeceu a Assembléia Legislativa, quando no ano anterior, esta Assembléia funcionou em Comissão Geral.

Quantas e quantas vezes, Senhor Presidente e Senhores Deputados levantei a minha voz contra os atos da Mesa, pedindo que retirasse da Ordem do Dia, matérias

que não tinham passado pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça, e parece-me que apenas uma Comissão funciona nesta Casa, uma vez passando pela Comissão de Constituição e Justiça o resto é dispensável, o resto não preocupa. Ninguém se preocupa mais com a Comissão de Tomada de Contas, com a Comissão de Orçamento, com a Comissão de Finanças, e matéria de tamanha importância não pode ser votada como está sendo aqui, como pretende o Líder do PMDB, fazer votar, nesta Casa, essas Mensagens.

Porque ainda nos jornais de ontem ele dava tramitação desses Projetos, dessas Mensagens governamentais e hoje ainda, agredindo a cada um de nós e a todos nós, dizia que poderia até mesmo ser feita uma Sessão Solene, em Londrina, onde a Assembléia Legislativa deverá se reunir hoje, para prestar uma homenagem a um Benemérito deste Paraná.

Era a satisfação que eu tinha que dar mais aos Senhores Deputados, menos aos membros da Comissão de Constituição e Justiça porque esses membros, no dia a dia, souberam cumprir com seus deveres, souberam cumprir com as suas obrigações e engrandecerem e valorizaram a Comissão de Constituição e Justiça.

Diante desses fatos, do agridimento com que se quer votar esta matéria importante, nesse momento importante, onde o servidor municipal é discriminado, como tantos municípios são discriminados, neste Estado onde a discriminação é inconstitucional, onde se fere profundamente o Artigo 27 da Constituição Estadual, foi por esta razão, por não aceitar esta imposição, que renunciei o cargo de Presidente da Comissão e Justiça.

Faço com a consciência tranquila, por que cumpri, Senhor Presidente, Senhores Deputados o meu dever Parlamentar!

Concedo o aparte ao Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Como membro da Comissão de Constituição e Justiça eu tenho mais é que lamentar este ato de Vossa Excelência, até por que nós, na grande maioria dos Deputados da Comissão de Constituição e Justiça, Deputados de primeira Legislação, tivemos e temos a honra de participar com pessoas de bem e Deputados realmente interessados nos trâmites legais das matérias aqui votadas.

Aprendemos muito e lamentamos e rogamos aqui de público e aqui em Plenário, para que esse gesto de Vossa Excelência seja repensado para que nós não corramos o risco de que conforme se anuncia, se anunciou abertamente em anos anteriores, essa Comissão não se reunia. Isso não é bom, a Comissão de Constituição e Justiça, sem dúvida, sob a presidência de Vossa Ex-

celência, soube não só cumprir aquilo que se propôs, mas soube manter a independência, sobre tudo o equilíbrio e a busca da razão, favorecendo com que nós Deputados aqui em Plenário pudéssemos votar às matérias da Ordem do Dia com maior clareza após a análise detalhada de toda esta Comissão. Tomo a liberdade, para em meu nome, e como Líder da Bancada do PRN, deixar aqui hipotecada não só a nossa solidariedade, mas principalmente a vontade e o desejo dos membros da CCJ e principalmente dessa Liderança, para que seja revista esta sua posição, em nome não só dos princípios jurídicos que norteiam a Comissão de Constituição e Justiça, mas em nome da legalidade, da clareza e da dignidade com que todos nós, Deputados principalmente da primeira Legislatura, possamos trilhar, seguir os ensinamentos daquelas pessoas mais experientes, que devem demonstrar a todos nós como se legisla. Quero deixar também, Deputado Colombino Grassano, patente a vontade da Liderança do PRN em ao hipotecar a solidariedade a Vossa Excelência, dizer que quem sabe os momentos da Semana Santa possam fazer com que a reflexão de todos os cristãos venham também refletir sobre o seu pensamento para que esse gesto, não impensado, mas esse gesto repensado por Vossa Excelência em benefício da Comissão de Constituição e Justiça, e sobre tudo de todos os Deputados desta Casa.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e se assim aqui Senhores Deputados, foi para continuar sendo digno da amizade e do respeito de todos os Senhores Deputados que têm assento nesta Casa.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com referência a renúncia do Deputado Colombino Grassano, considero o ato unilateral de vontade. Portanto, está renunciado.

A respeito das acusações que Vossa Excelência faz a minha pessoa, eu devo primeiro, lamentar o comportamento atético de Vossa Excelência, quando na presidência do Tribunal de Contas Vossa Excelência ouvia um telefonema meu ao Presidente para que mandasse a Mensagem, quando Vossa Excelência estava reivindicando, Deputado Colombino Grassano, mais um aumento para os seus polpudos vencimentos de aposentado do Tribunal de Contas. Vossa Excelência não tem condição moral para me dar lição de moral.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Vossa Excelência não estava presente e não é Vossa Excelência que vai indicar para mim...

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Vossa Excelência tem um passado politiquês.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Eu não estava reivindicando salário.
Não sou homem que reivindico salários nesta Casa ... (Retirado o som).

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Vossa Excelência teve um comportamento atético. Vossa Excelência comportou-se ateticamente. Vossa Excelência na Comissão de Constituição e Justiça é um verdadeiro ditador. Vossa Excelência vá mexer com seus parceiros. Vossa Excelência fique calado.
Vossa Excelência está renunciado e a Comissão de Constituição e Justiça terá outro presidente.

Vossa Excelência conduziu-se como um verdadeiro ditador. Vossa Excelência designava o relator a seu "bel-prazer", quando era obrigado a fazer por sorteio. Não sou eu o ditador, é Vossa Excelência e Vossa Excelência comigo não tira farinha.

Com a palavra o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Há dias atrás eu vim à tribuna para pedir ao companheiro Deputado Orlando Pessuti, ao Presidente da Casa que ajudasse a mim, ao companheiro de Região Deputado Nelson Garcia para que pudéssemos resolver o caso da nossa Região, especificamente Umuarama, dos assaltos, dos roubos de veículos que lá estavam acontecendo. Pedimos a interferência da Casa junto ao Secretário de Segurança Moacir Favetti, ao Comandante Geral da Polícia Militar Coronel Capriotti.

Vimos há pouco do Palácio Iguaçu, onde em companhia dos companheiros de Bancada do Partido Social Trabalhista tivemos uma reunião de trabalho com Sua Excelência o Governador Roberto Requião. Mas já, pela manhã, nos comunicava o Chefe de Gabinete Dr. Fonseca, da decisão pessoal de Sua Excelência o Sr. Governador em atender os reclamos da comunidade umuaramense e região, que chegou até ele, por nosso intermédio, pelo intermédio do Deputado Nelson Garcia no tocante à insegurança. Achou por bem, o Sr. Governador, em substituir o comando da Companhia da Polícia Militar de Umuarama e alguns subordinados. Achou por bem, também, mudar o Sr. Delegado de Polícia e alguns de seus subordinados. E nós viemos a essa tribuna para agradecer o Governador pela decisão que tomou.

Denunciávamos na época, não a falta de trabalho do delegado e nem do comandante da companhia, dois nomes de pessoas respeitados por nós e pelos munícipes de

Umuarama e Região. Vimos dizer até da falta de aparelhamento das duas polícias, mas achou por bem, Sua Excelência o Governador, em alterar as duas polícias e nós concordamos porque achávamos por bem, se era para alterar alguma coisa, já que o Governador quis, alterou-se tudo. E fez conosco o compromisso de ainda, nessa semana, determinar à Polícia Civil e à Polícia Militar o reaparelhamento das duas polícias em Umuarama para que pudesse combater a marginalidade da Cidade e da Região. Ainda ontem, aliás, essa semana, foram presos 4 marginais e segundo as informações que recebemos, hoje, pela manhã, quero deixar claro que segundo informações e não tivemos ainda oportunidade de confirmá-las, mas iremos confirmá-las, de que dois membros dos 4 assaltantes eram pessoas da Polícia Militar ou ligados à Polícia Militar. Estava insuportável a situação em Umuarama e na Região, estavam roubando a média de 2 a 3 carros por dia na Cidade e só em Francisco Alves o delegado daquela Cidade em quase 15 dias, conseguiu recuperar 8 veículos roubados naquela região. No domingo aconteceu até uma coisa interessante e engraçada. Quando dirigimo-nos à rodoviária para pegar o ônibus para vir à Curitiba, no semáforo em Umuarama encontramos um cidadão desesperado, dentro de uma Belina, com dois companheiros. Disse-me ele quando fechou o sinal que tinha ido à missa e que quando saiu da Igreja, para sua decepção e tristeza, não encontrou seu veículo. Seu veículo tinha sido roubado.

Falo aqui da nossa satisfação e alegria, ao ver a decisão do Governador, em fazer as alterações devidas, principalmente no que diz respeito ao reaparelhamento da Polícia Militar e Civil. Porque de nada adianta mudarmos o delegado e policiais civis, de nada adianta mudarmos o comandante da companhia da polícia e alguns dos seus subordinados e não darmos condições de trabalho e ação. Aos que saíram, aos que vão sair, fica o nosso reconhecimento, porque prestaram um trabalho. Os que irão, queremos que prestem um trabalho digno para com a comunidade, porque precisamos, com urgência, devolver à cidade a segurança necessária.

Quando falo de Umuarama e região, quero registrar a presença do Vereador José Evangelista.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Grande Expediente não há oradores inscritos.

Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado

Costenaro Neto.

O SR. COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem quando da abertura da reunião da Assembléia, trazia uma grande preocupação para esta Casa com o fechamento do Banco do Brasil na minha região, no Município de Borrazópolis. Na parte da manhã estivemos discutindo aqui em Curitiba e fazendo contato com Brasília e afirmavam os diretores do Banco que estavam intransigentes na reabertura da agência.

Solicitei, registrando a preocupação, o apoio desta Casa e recebi o apoio de todos os Parlamentares e para nossa satisfação passamos a informar à Superintendência do Banco do Brasil que estamos munidos de solidariedade de todos os Deputados para que fosse reaberta a agência no Município de Borrazópolis.

Não tenho informação oficial de que foi atendida a decisão desta Assembléia, mas tenho absoluta certeza que esta Casa fez valer a vontade daquele povo, daquela gente, atendendo de imediato, com o apoio político necessário. Tenho certeza que esta Casa pesou com sua decisão, apoiando os agricultores, os comerciantes, aqueles que não pretendiam ver fechada a agência do Banco do Brasil, em função apenas de um movimento de greve de agricultores no Município.

O Banco do Brasil hoje voltou atrás, anunciando a manutenção da abertura da agência e dizendo que atendendo lideranças políticas daquela região. Estamos honrados com este atendimento do Banco do Brasil e mais ainda, por ter recebido o apoio maciço nesta Casa.

Ontem vimos negra a situação daquele Município. Hoje estamos vendo, naturalmente de longe, sentindo pelas informações dadas, a satisfação daquele povo e o apoio que a Assembléia Legislativa deu. Neste momento agradeço aos Deputados por terem dado toda a força necessária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Consulto a Liderança do PRN.

(Declina).

PMDB. (Declina).

PSDB. (Declina).

PTB. Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Alves.

O SR. JOSE ALVES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Voltamos mais uma vez a esta tribuna para falar do nosso projeto de lei, hoje em segunda votação, sobre a nova rodovia que pretendemos ao Paranã. É uma rodovia, Senhores, que eu digo que seria a redenção

do Paraná. Todo o Norte do Estado, o Noroeste, o Estado do Mato Grosso de onde vem a grande produção de soja, milho, passa pela Rodovia do Café. Nós sabemos que é uma rodovia bem conservada, mas que é de muitas curvas, e bastante perigosa. E esta nova rodovia, Senhores Deputados, que sairia de Maringá e viria até Faxinal dos Mendes, um Distrito do Município de Tibagi, serviria então; Maringá, Marumbi, Borazópolis, Faxinal, Grandes Rios, passaria também pelo Município de Ortigueira e sairia em Tibagi. A distância entre Maringá encurtaria hoje em quase oitenta quilômetros.

Nós, Senhores Deputados, no nosso projeto não estamos querendo que o Governo do Estado construa porque eu sei que hoje, tirar dinheiro dos cofres do Estado do Paraná para construir uma rodovia dessa envergadura seria impossível. Nós estamos informados que o Governo Federal tem o intuito de investir e conservar as rodovias existentes e que o nosso Estado também deverá se preocupar, já, com as rodovias que temos e com essa nova rodovia, Senhores Deputados, o nosso projeto entende que ela deverá ser construída. Estamos autorizando o Governador do Estado a abrir concorrência para que empresas privadas construam essa rodovia e, aí então, num acerto com o Governo do Estado, cobrará o pedágio o tempo que for necessário para que se tire, então, o montante gasto na construção dessa estrada.

Esse, então, é o bojo do nosso projeto, que entende que, para o Estado do Paraná, seria de grandeza uma rodovia dessa envergadura, onde desviaríamos da tão falada Serra do Cadeado, que todos conhecem, uma rodovia reta, e de quatro pistas. Aí, então, de Faxinal dos Mendes, teríamos mais só sessenta ou sessenta e poucos quilômetros para chegar à Ponta Grossa; e de Ponta Grossa para cá, já com quatro pistas. No caso, teríamos, Senhores Deputados, uma rodovia daqui a Maringá e só teríamos sessenta quilômetros de pista simples, o mais seria pista dupla. Eu creio que seria vantajoso. Seria uma rodovia que, saindo de Maringá, vai abranger todo o Vale do Ivaí, passando por cidades de terras férteis, produtivas, onde tem grande produção de grãos e para nós seria ótimo, seria uma beleza para o Paraná esta rodovia, pois, como já disse, seria a redenção do nosso Estado.

Peço o apoio mais uma vez dos Senhores Deputados, para que tenhamos futuramente essa rodovia tão sonhada por nós do Norte, do Noroeste, Mato Grosso e outros Estados do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Ho-

rário das Lideranças, consulto a Liderança do PT se fará uso do seu tempo. Com a palavra Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, em nome da Bancada do PT nós não podemos deixar de externar a nossa solidariedade pela postura adotada pelo ilustre Presidente da CCJ, a quem não nos cabe indagar sobre sua vida pregressa.

Nós, embora em posições ideológicas opostas, ele defendendo as posições ideológicas do liberalismo e nós do socialismo democrático, mas não podemos deixar de reconhecer que a postura neste Parlamento, a convivência com a qual tivemos com o ilustre Deputado, nos impôs o dever de respeitar a sua postura como um Deputado que soube dignificar este Poder, que tem sido tão desgastado e desacreditado, perante a população.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, chegaram a esta Casa na tarde de ontem oito mensagens que tratam do reajuste do funcionalismo, elaboração e modificação de tabelas, alterações profundas na vida dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Nós da Bancada do PT, até consultados, fomos favoráveis à rápida tramitação de um projeto que se pretendia de um reajuste dos funcionários públicos estaduais.

Entendíamos e acreditávamos que fosse uma mensagem simples, que pudesse ser analisada rapidamente e que pudesse ser aprovada também rapidamente por este parlamento, para não causar prejuízos ou delongas na incorporação desse vencimento ao salário dos servidores do Estado do Paraná.

Entretanto, para surpresa nossa, constatamos a existência de oito mensagens que modificam todas as tabelas, cálculos direitos dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Eu faço aqui um desafio aos Senhores Deputados, se alguém aqui teve condições de ler, analisar, uma por uma dessas mensagens, mais do que isso, eu quero aqui fazer uma pergunta e que todos os Deputados respondam com sinceridade, pelo menos e principalmente os Deputados que dão sustentação à Bancada do Governo nesta Casa.

Se algum dos Senhores Deputados teria coragem de assinar um documento, sem direito a ler esse documento, Senhores Deputados. Sem ler o documento, eu entendo que o Poder Legislativo do Estado do Paraná, não pode assiná-lo.

A mensagem do Senhor Governador do Estado chegou nesta Casa ontem. Não é uma mensagem, são várias, complexas, que exigem no mínimo, um exame. Exige no mínimo uma consulta aos interessados. Exige no mínimo punições para que possamos nos ex-

pressar nas nossas divergências através das emendas a serem apresentadas, que nós não temos condições de fazê-las hoje. Então nós teremos brevemente, após esta Sessão, a realização de uma Sessão Extraordinária, para aprovação dessa mensagem.

Eu quero aqui fazer um apelo, à Bancada do Governo especialmente, Senhores Deputados, não faltará apoio como nunca faltou desse Parlamento, para que nós possamos recuperar o salário dos servidores, para que possamos corrigir as injustiças, as diferenças, para que possamos resgatar a dignidade dos servidores dentro das condições de pagamento do Estado do Paraná. Não faltará esse apoio.

Agora não nos exijam a assinatura num documento que nós não lemos. Nós temos a obrigação constitucional de analisar e aprovar essas matérias. Nós temos o direito de saber da Comissão de Orçamento, qual o impacto disso na Folha de Pagamento.

Por que é que aqui existe um índice de 326 para coronel e dois e meio para um soldado? Nós queremos saber, por quê? Nós queremos saber por que as gratificações que estão sendo propostas aos professores, aparentemente só atinge o pessoal técnico e burocrático? São tantas as indagações na questão dos servidores policiais. Existem alterações aqui da questão das aposentadorias. Nós queremos saber, por que isto? Nós temos o direito e a obrigação de saber o que estamos votando.

Senhores Deputados, é o apelo que nós da Bancada do PT fazemos, se trata de nós resguardarmos o papel constitucional deste Parlamento e o nosso direito de saber o que estamos votando. Neste sentido é humanamente impossível, qualquer um dos Senhores dar um voto lúcido e consciente naquilo que aqui está. Então a sugestão que nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores adotamos e pedimos aos Senhores Deputados, que nos acompanhem, é que na Sessão Extraordinária vamos nós abster dessa votação. Fazemos um apelo ao Senhor Presidente; a convocação imediata das Comissões, para que as mesmas tragam uma discussão sobre esse projeto, aí nós teremos um argumento de que isto poderá atrasar o pagamento dos salários. Ora, o Governo do Estado, por que não mandou essa Mensagem no dia 2, no dia 3 de abril; nós poderíamos tê-la aprovado já, com tempo para análise. Nós temos, inclusive, um Requerimento na mesa, que se pague a folha complementar até o dia 10, com as diferenças, se não houver possibilidade de incluí-la no pagamento ainda este mês. Isto, Senhores Deputados, é melhor assumirmos o ônus e termos que justificar, inclusive, aos representantes dos servidores que nós fomos os responsáveis pelo não pagamento de todas essas vantagens incorporadas nessa fo-

lha de pagamento, é melhor explicarmos isto, do que depois, termos que explicar ao soldado por que ele ganhou dois e meio por cento e o coronel ganhou 326. Senhores Deputados, por favor, existe algo aqui acima do direito e do dever de lealdade para com o Governo do Estado. Existe algo aqui, que se trata do nosso mandato, da dignidade do nosso mandato. Isto está acima das posições ideológicas, dos apoios da Oposição, está acima. Então, o apelo que fazemos é que tão logo seja encerrada esta sessão, que abstenho-nos de votar na Sessão Extraordinária que tem as oito Mensagens de reajuste e com isto vamos criar condições para adiar esta discussão para uma análise, pelo menos detalhada desses projetos, na possibilidade de apresentação de emendas, de negociação, para pelo menos ouvirmos a posição dos servidores envolvidos, ouvir a posição dos representantes do Governo que iriam justificar essas mensagens, nos tirar as dúvidas e as Comissões poderão trabalhar. É melhor adiarmos essa votação, a aprovação dessas Mensagens por uma semana, do que assinar isto sem ler, Senhores Deputados. Isto, eu faço uma pergunta, se algum dos Senhores assinaria um documento sem ler? Se costuma dizer que não se faz isto nem para o pai da gente. Agora, nós, como representantes do povo do Paraná vamos tomar esta atitude? Eu tenho certeza que não. Então, o meu apelo é direcionado, diretamente, à Bancada do Governo. Eu não considero a retirada, hoje, desta matéria da sessão, como um ato de rebeldia. Eu acho que é uma exigência de respeito ao Poder Legislativo e aos Deputados do Paraná. Apenas isto. E eu corro o risco, e prefiro correr o risco de explicar o atraso no pagamento, através de folha complementar, das diferenças, do que depois ter que justificar medidas injustificáveis que poderão estar aqui contempladas nessas oito mensagens. É uma matéria complexa. Neste sentido, Senhores Deputados, este é o apelo que nós fazemos a todos os senhores e esperamos a compreensão, temos certeza que o Senhor Presidente saberá, convocará as Comissões para que façam o seu Parecer, teremos condições de trazer aqui o Secretário de Administração para explicar essas Mensagens, teremos também a oportunidade de ouvir os servidores, os representantes dos servidores do Estado do Paraná, dos seus sindicatos, a sua análise, teremos condições inclusive de aperfeiçoar e corrigir eventualmente através de Emendas essas mensagens que estão aqui colocadas. Era isto, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.

Declina.

PDT com a palavra.

Com a palavra, o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na verdade, o Estado do Paraná vive uma situação muito séria para que a Casa se perca na discussão de detalhes da vida pessoal dos Senhores Parlamentares. Nós precisamos mesmo, é nos empenhar no sentido da valorização desse Poder.

Senhor Presidente da Assembléia, eu não entendi realmente o porquê da sua advertência ao Deputado Colombino Grassano, porque eu consultei a nota que se fazia a respeito do que o Deputado dizia e ele dizia que não pode a Assembléia toda se subjugar com seus cinquenta e quatro Deputados, à vontade de um homem só, e aí não excluía Sua Excelência. Eu imagino que Sua Excelência se referia ao poder de arbítrio do Governador. Na verdade, eu quero encarcerar ao Senhor Líder do Governo, aos Senhores Deputados que dão sustentação ao Governo do Estado nesta Casa, que não venha a pressão da necessidade do funcionalismo público estadual que vive um arrocho salarial desmedido, passar como uma espécie de patrol, de rolo compressor em cima dos direitos adquiridos por esta Casa, historicamente, como Poder independente, dentro da tríade de Poderes que orienta o Estado do Paraná.

Eu tenho no maior apreço as ações em defesa desse Poder, executadas pelo nobre Deputado Anibal Khury tantas vezes, inclusive, quando as bombas que a própria polícia do Estado, mal comandadas, ameaçaram o funcionalismo público, representado pelos professores, dentro e fora desta Casa. No entanto, acho que o Deputado Colombino Grassano também como o Deputado Anibal Khury, merece o nosso respeito. Os que fomos seus Pares nesse tempo em que ele exerceu a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, não podemos em momento algum, fazer qualquer reparo à sua ação extremamente competente, diligente, delicada com relação às questões da justiça e da legalidade. Não se trata do conflito entre o Deputado Anibal Khury e o Deputado Colombino Grassano, que, de resto, desagrada todos nós que vemos num e noutro, referenciais importantes da história política desta Casa e deste Estado. Se trata isto sim, da necessária censura ao Governo do Estado que faz as coisas açodadamente, sobremaneira quando envia aumentos inconstitucionalmente diferentes, diferenciados, que provocam o protesto dos sindicatos, que semeiam a cizânia entre as diversas classes do funcionalismo público do Estado. Eu posso até votar essas mensa-

gens do Senhor Governador sem delas ter o necessário conhecimento que reclama o Deputado Ernani Pudell, imaginando a corda no pescoço, que transforma cada um dos nossos policiais, cada uma das nossas professoras, cada um dos nossos juizes, até cada um dos nossos comandantes das funções chaves da segurança pública do Estado, numa espécie de um novo Tiradentes. Aliás, irá o governador presidir a festa do dia de Tiradentes, na próxima terça-feira, na praça defronte à Catedral, aí no coração de Curitiba, verá na imagem feita pelo João Turim, do Mártir da Liberdade, a nossa taquígrafa que tão atenta me olha, cada um dos funcionários públicos deste Estado, que, de corda no pescoço, não consegue de forma alguma sobreviver com o arrocho salarial, que a desorganização do poder estadual, já em tempo do governo anterior e nesse ainda, tem persistido em manter.

Nós precisamos efetivamente, zerar as perdas salariais do nosso funcionalismo para que motivado, sirva o povo do Paraná. De mais a mais, fica o registro da nossa perplexidade quanto às denúncias estampadas pelo jornal "A Folha de Londrina" de hoje, de que o pai do ex-Secretário de Governo do Senhor Alvaro Dias, o pai do ex-chefe de gabinete do Senhor Alvaro Dias, o Senhor Cione, ex-Prefeito de Umuarama, que eu não conheço, seria o provável mandante do crime de seqüestro do filho do Senador José Eduardo de Andrade Vieira.

O Paraná se assusta profundamente com essa denúncia, que precisa imediatamente ser esclarecida. Porque às vezes a gente fica pensando se este tipo de relação entre o crime organizado, entre os malfeitores e o Poder possa ser possível.

Ainda o nosso protesto, a nossa dor, a nossa perplexidade com relação à situação lamentável, desastrosa da segurança pública do Estado, que culminou com aquela morte patética, tenebrosa, do menino de Guaratuba. Aquele caixão pequeno, baixando à sepultura no final da tarde de ontem, com corpo da criança espedaçado, marca profundamente a insegurança do nosso povo.

Há relaxo com as funções do Estado. Não pode haver relaxo com as funções legislativas. Porque se nós nos calarmos, as pedras falarão. Se nós não nos conscientizarmos da importância da nossa missão parlamentar, o povo nos vai cobrar. Na verdade, eu mesmo estou sendo vítima disso.

No meu Partido, inventaram uma perversa dicotomia entre técnico e político. Quando querem dizer que eu vou para o inferno, que por ter voto não mais para o céu, não mereço ser candidato a prefeito de Curitiba, me chamam de político. Quando querem me elogiar, lembram que eu tirei dez na prova do IPPUC, que fui admitido em 1º lugar no concurso técnico do Instituto

de Pesquisa e Planejamento Urbano da Cidade, e daí me chamam de técnico!

A perversidade desta divisão, e sobretudo a perversidade de se pintarem todos os políticos como coisa que nada vale, como coisa que não presta, vai acabar matando a democracia neste País! Porque não faltam almas penadas no mundo do crime organizado para ocupar os palácios! Não faltam almas penadas, de todas as ditaduras, capazes de ameaçar os parlamentos e levar presos os Deputados e colocar a ferro as vontades que não lhes são concordantes.

E preciso que a Assembléia adquira, cada vez mais, a importância do seu papel. E é preciso que a trajetória política de Deputados que lutaram pela liberdade - o próprio Anibal Khury preso esteve pela liberdade deste Poder. Ou que lutaram pela liberdade na trincheira que o Colombino Grassano defendeu, no tempo em que eu testemunhei, na Comissão de Constituição e Justiça.

Não se deixem emprenhar pelo calor da luta momentânea, e deixem que o Poder seja desmoralizado. Levante-se a Assembléia! E se o dia de hoje, da véspera da prisão do Senhor pelos seus algozes era na liturgia antiga da Igreja Católica conhecido como "quarta-feira de trevas".

Eu era menino e me lembro de nós outros, os meninos de Curitiba, lá na Catedral, todos orientados por um velho sacristão chamado Felício Vieira, "batendo matracas" na Catedral para que as trevas não derrotassem Nosso Senhor e não o prendessem. Num ofício em que se escurecia a Igreja, aos poucos, e depois uma única vela sobrava, levada para trás do altar, como sinal de que o Cristo não era derrotado nunca.

Eu acho que o papel da Assembléia é o de ser "matraca", na boca do Ernani Pu-dell, na do Paulo Maia, na de cada um de nós, na de todos e de cada um de nós, capaz de evitar que o Paraná se escureça, que a sociedade brasileira se escureça.

É lícito, sim, investigar as Mensagens do Governo. Buscar nelas uma saída. Mas, sobremaneira, é necessário que o Governo respeite o Poder e evite de tratar os nossos funcionários como enforcados, enforcando o papel da Assembléia, pelo enforcamento do tempo exíguo entre a aprovação de uma mensagem e o seu envio.

Era isso!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos registrar hoje nos Anais desta Casa, a reunião que tivemos com o Governador Roberto

Requião com a Bancada do Partido Social Trabalhista, onde se fizeram presentes os Senhores Deputados João Preis, Deputado Neivo Beraldin, Deputado Nilton Barbosa, Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Edson Lino, Deputado Ritti e o nosso Líder da Bancada, Deputado Geraldo Cartário.

Queremos dizer que a receptividade que tivemos do governador Roberto Requião, foi muito grande, uma vez que tratamos de assuntos de interesse do Estado do Paraná.

A posição da Bancada do PST é uma posição muito clara no Plenário desta Casa. A sustentação que demos ao Governo é porque entendemos que as mensagens e o desejo do Governo é, sem dúvida nenhuma, atender às necessidades do nosso Estado. Sei que cada um tem a sua linhagem política, tem o seu comportamento político, assim como eu tenho os meus ideais e tenho as minhas formas de agir e de ser.

Quero reafirmar aqui que a nossa posição em relação ao Município de Cianorte nas eleições de 3 de outubro, é de que continuaremos marchando dentro do nosso espírito democrático sem dúvida nenhuma, buscando solução para a prefeitura de Cianorte.

O nosso comportamento será alinhado dentro do nosso pensamento desde o início, porque não misturamos a nossa sustentação ao Governo, com a posição que temos no interior do Estado. Quem vive e conhece os problemas políticos, são os Deputados que vivem o dia a dia nas suas bases e nós que convivemos com as nossas bases, conhecemos a melhor postura política que venha de encontro com as aspirações da população do nosso Município. Quero dizer ao Líder Orlando Pessuti que estava conosco, também nessa reunião de trabalho com o Governo, que a nossa solidariedade dentro da Bancada do Partido Social Trabalhista, será de apoio e de firmeza, mas que haja também a solidariedade do entendimento da Bancada que sustenta, também aqui, o Governo do Estado.

Nós cumprimos com os nossos compromissos e eles são acima de tudo, a responsabilidade com o nosso Estado, com a nossa população e em especial, com os eleitores que aqui nos trouxeram para representá-los.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não queria tocar nesse assunto nesse momento, mas como o Deputado Rafael Greca foi infeliz no seu discurso e ao chegar aqui, a primeira coisa que pediu, para que os Deputados não trouxessem os problemas pessoais à tribuna, mas infelizmente trouxe uma questão pessoal, não sei se bem intencionado para apurar as veracidades do fato, ou se por maldade, tentando até às vezes envolver o nome do ex-governador Alvaro Dias. Aqui disse da questão do se-

qüestro que estava sendo organizado para seqüestrar o filho do Senador José Eduardo. O Deputado Rafael Greca fez questão de frisar: pai do ex-assessor do Governador Alvaro Dias. Eu quero dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Governador Roberto Requião já tomou todas as medidas necessárias, determinou a prisão das pessoas envolvidas e acima de tudo, garantindo à casa do Senador José Eduardo; as medidas que forem necessárias, serão tomadas pelo Governador do Estado.

Eu quero dizer aos Senhores Deputados, que ao longo do tempo que conheço Lúcio Cioni, eu tenho certeza de que ele é um menino sério, um menino responsável, um menino honesto e que nós não podemos permitir que aqui se insinue qualquer coisa, porque Deputado Rafael Greca, um filho não pode pagar pelo erro do pai assim como um pai não pode pagar pelo erro do seu filho, eu quero aqui defender o Lúcio Cioni, porque durante a época do Governo Alvaro Dias, ele foi assessor do ex-Governador, foi um moço que atendeu muito bem ao Paraná, atendeu os Parlamentares desta Casa e aos Prefeitos do Paraná. Então queremos aqui reafirmar a nossa confiança, a nossa solidariedade a certeza de que Lúcio Cioni não deve nenhum fato do que foi insinuado.

Concedo o aparte do Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, fala muito bem Vossa Excelência quando diz que o filho não paga pelo erro do pai, o pai não paga pelo erro do filho.

Quero afirmar aqui a amizade que tenho com Lúcio Cioni desde as épocas de infância, desde as épocas de escola em Umuarama quando estudávamos juntos. Divergências com o pai dele nós temos desde 82 quando disputávamos o primeiro mandato a Deputado Estadual. De lá para cá, muito pouco conversamos ou até nem conversamos, mas quero deixar aqui também a minha solidariedade, o meu voto de confiança para esse grande rapaz que fôra Deputado Federal representando a nossa Região, que assessorou o Governador Alvaro Dias, sendo seu chefe de gabinete, durante os quatro anos de Governo e que assessora ainda hoje o ex-Governador Alvaro Dias no seu escritório particular. Rapaz íntegro, rapaz de uma moral ilibada, não só ele como seus irmãos.

Então quero deixar aqui meu voto de solidariedade a esse grande companheiro Lúcio Cioni, que não deve em hipótese alguma ser responsabilizado pelos erros já cometidos no passado pelo senhor seu pai, quando foi afastado da Prefeitura por alguns problemas, que ele já deve ter explicado ou algum dia irá explicar.

Nós não faríamos a defesa do caso por-

que tomamos conhecimento hoje, pela imprensa - e talvez até tenhamos mais informações à noite, no "Jornal Regional", no "Jornal Nacional" e no decorrer da semana, via imprensa. Mas quero deixar de novo aqui o nosso voto de solidariedade ao Lúcio, aos seus irmãos, porque não têm eles culpa dos erros já cometidos, do erro cometido agora - se cometido - muito grave, ainda nesta semana.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Obrigado pelo aparte.

Ao encerrar, Senhor Presidente, ninguém mais que Dirceu Manfrinato, e eu tenho certeza que todos os Deputados desta Casa - em especial o próprio Governador Roberto Requião, que já disse e confirmo que determinou todas as providências, inclusive o afastamento de toda a polícia de Umuarama, está sendo trocada toda a polícia de Umuarama, já afirmado aqui pelo ilustre Deputado Nilton Barbosa.

Nós temos o maior interesse de que o fato seja esclarecido. A minha posição aqui na Assembléia sempre foi a favor da pena de morte. Sou um dos Deputados que tem acompanhado o Deputado Luiz Carlos Alborghetti. A minha posição é clara, de que bandido tem que ser exterminado do meio da sociedade, seja ele quem for: seja o ex-Prefeito de Umuarama; pai de fulano; pai de sicrano. Bandido tem que ser preso e é o que nós desejamos que o Paraná fique sabendo e esclareça os fatos ocorridos em Umuarama.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Excelência, só no sentido de esclarecer que, em momento algum este Deputado, na qualidade de Líder do PDT, quis fazer qualquer acusação ao Senhor Lúcio Cioni.

Simplemente manifestei a perplexidade que uma família que é citada nas esferas do poder, tenha um dos seus membros acusado - eu não disse "culpado".

Sua Excelência exagerou quando reconhece a culpa do Senhor Cioni no caso, acusado pelo jornal "Folha de Londrina", como mandante do seqüestro do filho do Senador José Eduardo Vieira, sendo a Tânia e o José Eduardo - também a ex-esposa do José Eduardo - como pessoas de minhas relações - também da minha Margarita.

Realmente lamento muito que a sociedade paranaense esteja sujeita a tamanha perplexidade.

Agora, como também não acusei Lúcio Cioni, também não caio no exagero de Sua Excelência de querer que ele fique órfão. Não precisamos pedir a pena de morte para o pai do Lúcio Cioni, no caso dele ser

realmente o mandante do crime, não quero acusá-lo e nem quero que ele seja órfão.

Era só isso que queria dizer, mandando a Sua Excelência e a todos os demais Deputados, a mais vibrante energia de Páscoa, à luz da ressurreição - desde que nós acreditemos que as pessoas devam permanecer vivas porque o Senhor, nosso Deus, que é o dono do dom da vida e da morte.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência, ilustre Deputado, quando vê uma fogueira botando em risco alguma coisa, Vossa Excelência diz que vai botar água, mas bota álcool em cima. Essa é a prática de Vossa Excelência, porque não havia necessidade de frisar aqui, com tanta empolgação, de que é pai do ex-assessor de Alvaro Dias - está gravado nos Anais desta Casa.

Segundo, eu não pedi pena de morte ao pai do Cioni, eu sou a favor da pena de morte para bandido, foi isso que eu coloquei.

Terceiro, quero que Vossa Excelência saiba que tenho a maior admiração pelo Senador José Eduardo - trabalhei para ele na campanha de Senador, onde o meu Partido, PMDB, tinha candidato próprio, trabalhei para o Senador José Eduardo, não estou arrependido, tenho grande admiração pelo Senador. O Senador está fazendo um trabalho sério, tem oferecido propostas ao País, excelentes, e estou sempre prestigiando, lutando, em busca de que a política do Brasil tenha pessoas competentes como hoje o Senador José Eduardo, no Congresso Nacional.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado, o seqüestro que seria feito ao meu particular amigo José Eduardo Andrade Vieira - a fita ainda está nas mãos da Polícia Federal e deverá ser remetida ao Secretário de Segurança Pública, Doutor Moacir Favetti, após então, é que os fatos serão elucidados.

Porque eu não acredito ainda na história que está sendo contada - tem laranja na história - tem mais gente por trás.

Porque eu não estou aqui para fazer a defesa do Senhor Cioni, ex-Prefeito de Umuarama, porque não tenho amizade com o mesmo, mas tenho orgulho de ser amigo do Lúcio e tenho orgulho de ser amigo, e com muita satisfação, do Toninho Cioni - são meus irmãos. Concordo com Vossa Excelência quando diz que os filhos não podem pagar pelos erros dos pais e os pais não podem pagar pelos erros dos filhos.

Agora, esta história toda não está clara, podem enganar a outros, mas a mim não! Como é que pode um homem de 67 anos

de idade, que não tem carro, está passando fome, sendo tratado pelos filhos, não tem casa para morar, não tem emprego, com uma série de problemas, como é que ele ia conhecer o Dezinho, maior traficante de cocaína, procurado pela Polícia do Paraguai - que esta mesma polícia não tem peito e nem coragem de prender este vagabundo - e a Polícia do Paraná também não tem peito e nem coragem para prender este cafajeste, canalha, traficante de drogas, ladrão de caminhões - foi ele que invadiu a casa do finado Glasermann - está na lista dos famigerados bandidos deste Estado.

Invadiu e fuzilou a família inteira e hoje é proprietário, na Cidade de Salto Del Guairá. Toda a trama da invasão, do tiroteio daquele bárbaro assassinato, o seu Dezinho por trás, foi preso e ficou na cadeia no Paraguai, 2 dias e a polícia brasileira não teve a coragem de ir lá tirar esse vagabundo, ordinário de lá, e trazer para o Paraná.

Ele é o homem responsável pela maioria dos assassinatos de caminhoneiros no Estado do Paraná, a maioria dos caminhoneiros que são assassinados no Paraná são levados por esse canalha, por esse cafajeste.

Agora, venha me dizer que o Senhor Cione, que não conheço, teria marcado encontro com seu Dezinho, não, não.

O Deputado Nilton Barbosa, foi muito feliz hoje, nessa tribuna. Basta você entender o que o Deputado Nilton Barbosa disse: foi afastada toda a polícia de Umuarama esse Capitão não venha me contar essa cascata na minha cabeça não!

Você acha que um homem de 67 anos de idade que não tem nem telefone em casa, como conseguiram gravar? Tremendo de um laranja.

Esse Capitão que foi recolhido na polícia de Umuarama, esse tem muita coisa para contar, esse tem muita coisa para falar deste seqüestro que iria ser feito, por ele e pelo Dezinho lá no Paraguai e depois arrumaram um laranja - que seria o seu Cione, para colocar nessa história.

O seu Cione tem culpa porque aceitou, no telefonema - 67 anos de idade. Agora não venha me dizer que ele é que bolou o seqüestro. Não. Não venha dizer essa história na minha cabeça. O seqüestro foi bolado por outro tipo de gente, não estou aqui defendendo ninguém. Eu acho que a polícia tem que prender o seu Cione, tem que prender o seu Dezinho, tem que chamar esse Capitão, conforme o Deputado Nilton Barbosa disse aí na tribuna, que foi afastado da polícia de Umuarama. Esse cara tem uma ficha suja, suja, imunda, é arreglado com bandido, arreglado com o seu Dezinho.

Então está certo o Deputado Nilton: fizeram uma limpeza. Agora essa história tem que ser esclarecida. Agora falar se o

seu Cione tem culpa que ele pague na cadeia que o lugar de seqüestrador é na cadeia. Se ele foi usado como laranja, que ele pague na cadeia pelo crime que cometeu. Mas não é só ele não, tem mais gente por trás dessa tentativa de seqüestro, porque o Cione nem sabe o que é 20 milhões de dólares, são 4 bilhões de cruzeiros.

Eu ainda vou fazer uma série de análises no meu programa de televisão e vou contar ao Paraná muita coisa que o Paraná tem que saber a respeito desse seqüestro.

Agora não posso admitir que venham aqui usar o nome do Lúcio ou de quem quer que seja dos irmãos, com todo o respeito que tenho ao Deputado Rafael Greca, mas, são meus particulares amigos, os respeito, passei com eles esses dias um drama, uma tragédia e ainda digo mais, o Senador Carvalhinho ligou para o Senhor Cione, pedindo para que ele ligasse ao Senador José Eduardo.

O Senador José Eduardo falou com o Lúcio Cione, dizendo que não tinha nada contra os filhos, que respeitava os filhos, mas que ele iria apresentar à imprensa ou a quem de direito os responsáveis pela tentativa de seqüestro de seu filho.

Então se o seu pai está envolvido que ele pague na cadeia. Mas não é só ele que tem que ser usado nessa história, vamos parar com isso. Tem muita gente por trás desta artimanha para fazer o seqüestro do filho do Senador José Eduardo.

Então usando um "laranja". E o resto, vai ou não para a cadeia?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Só para encerrar, reafirmo que as providências estão sendo tomadas pelo Governador Roberto Requião. E quero reafirmar aqui a minha confiança, a minha solidariedade a Lucio Cione.

Muito obrigado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - (Pela Ordem) - Temos o prazer de anunciar a presença nesta Casa, do Deputado Federal Pedro Tonelli, nosso coordenador do governo paralelo do PT na área de Agricultura e Reforma Agrária.

Temos a certeza em anunciar que se Lula fosse Presidente da República os agricultores não estavam "Cabrera", mas provavelmente colhendo toneladas de produtos neste País.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a visita do Deputado Federal Pedro Tonelli e ex-Deputado Estadual.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

A imprensa do Paraná e de alguns Estados, e eu tive a oportunidade também de ler um Jornal de São Paulo, tem publicado matéria sobre a apresentação, por parte do Senador José Eduardo, de dois projetos no Senado da República.

O "Indústria e Comércio" diz que o "contribuinte", diz o Senador, "precisa ser tratado com mais respeito e ser menos roubado. Proclamou ontem o Líder do PTB no Senado, José Eduardo, do PTB-Paraná, em discurso em Plenário ao apresentar dois projetos de lei que dificultam a corrupção na administração pública.

O primeiro projeto obriga os órgãos públicos e empresas estatais a instalarem a sala da transparência, em que será exposta à visitação toda a documentação de contratos de obras e de compras de bens de serviços.

O outro projeto de lei complementar transforma as notas de empenho em certidões de crédito que se não pagas na data de vencimento, podem ser usadas pelo credor, com juros e correção monetária, para quitarem impostos em atraso, ou ser transferidas a terceiros como pagamento, virando moeda".

O artigo se estende dizendo da sua oportunidade.

Mas queria fazer um registro. Além do fato da apresentação destes dois projetos do ilustre Senador paranaense José Eduardo, é uma contribuição que este presta ao Governo da União e do Brasil, de forma geral, em mudar a forma e a legislação sobre carência pública. O Paraná já deu o exemplo com o Decreto-Lei 700, talvez sirva de subsídio ao Senador. E no outro projeto também transforma as notas de empenho, quer dizer, os materiais fornecidos, ao serviço público, à administração pública, para servir como pagamento de impostos e obrigações para com o Poder Público.

Portanto, o Senador José Eduardo, com estes dois projetos apresentados, presta, sem dúvida alguma, um gesto de relevante importância.

Mais não é só isto. Este homem que não é do meu partido, mas é do meu Estado, merece este registro nesta Casa, porque ele também não apenas na tribuna, ou no exercício do Senado, tem feito muito pelo Paraná, e recentemente, acompanhando seu trabalho inteligente, de coordenação, conseguiu, sem que muitos esperassem, a nomeação do ilustre Senador Affonso Camargo Neto para a Secretaria dos Transportes.

O Paraná que já tinha felizmente Reinold Stephanes no Ministério da Previdência, com a preocupação e com o encargo principal de reconquistar a credibilidade perdida por aquele Ministério, porque mal gerida a sua administração, que envergo-

nhou inclusive o País.

Vem agora o Paraná de um trabalho competente dos Líderes maiores do PTB, mas realço aqui a pessoa do Senador José Andrade Vieira na nomeação, na conquista, ou na reconquista do Ministério dos Transportes na pessoa do também Senador Affonso Camargo Neto, que já deu provas, não só no Ministério, como em todos os cargos em que exerceu no Paraná, de homem acima de tudo correto, capaz e competente.

Além disso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós também que conhecemos o ilustre Doutor Ivo Mendes Lima, que na Secretaria da Habitação, na COHAPAR, também emprestou muito de sua inteligência, sua dedicação na construção das casas das habitações populares do Paraná, agora também conquista do PTB, conquista do Senador José Eduardo, do Ministro dos Transportes, do Partido a nível Nacional, a indicação desse moço para a secretaria da Habitação Nacional, um dos cargos mais importantes na administração da União. Portanto, Senhor Presidente, sem qualquer outra impressão, porque sequer é do meu Partido o Senador José Andrade Vieira, mas não podia deixar de fazer esse registro, já que ele, a sua presença, no cenário da Política Nacional, orgulha o Paraná mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 405/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 15 do corrente mês. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 1200/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias, dos dias 15 e 16 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua Região. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 15 do corrente mês, em função de viagem ao Município de Ponta Grossa. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente,

comunicando que a partir desta data está reassumindo seu mandato.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, João Arruda, Durval Amaral, Luiz Carlos Alborghetti e Edson Silva Lino, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para discussão e votação em Sessão Extraordinária a ser convocada após a presente Sessão Ordinária, para apreciação dos Projetos de Lei nºs 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101 e 102/92, que tratam de aumentos de vencimentos dos Funcionários Públicos, bem como, para as Sessões Extraordinárias que vierem a ser convocadas subsequentes a esta. - Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, eu faço um apelo ao Plenário para que vote contrário a este Requerimento, e nós estaremos com isso dando oportunidade para que a matéria, os reajustes possam ser devidamente analisadas pelo Plenário, pelos Senhores Deputados. Só lembrando que a aprovação desse Requerimento implicará na imediata votação dessas Mensagens logo após essa Sessão, não apenas em 1ª, mas em 2ª, 3ª discussão, o que impossibilitará a apresentação de emendas à análise desse Projeto conforme já colocamos hoje, na Tribuna desta Casa. Então, entendemos que a rejeição desse Requerimento se constituirá numa forma pelo qual o Poder Legislativo do Estado do Paraná poderá ter para analisar com um pouco mais de cautela as Mensagens e evitar que assinemos as mesmas sem ter conhecimento profundo e necessário do teor dessas Mensagens. Então, portanto, é esse o encaminhamento que nós queríamos dar e o apelo, inclusive à Bancada do Governo, porque entendemos que ao não aprovar este Requerimento não estaremos se constituindo no ato de rebeldia ao Poder Executivo, ou de não aprovação do conteúdo e do mérito das Mensagens, apenas estaremos resguardando o direito que os parlamentares têm de pelo menos ter o prévio conhecimento e o debate necessário para a apreciação dessas matérias.

Era isso, Senhor Presidente. O que nós poderemos, inclusive, que a segunda discussão possa ser feita em sessão que não a no dia de hoje, possibilitando, inclusive, a discussão, o debate e eventual apresentação de emendas.

O SR. PAULO MAIA - Para encaminhar, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Senhor Presidente e Senhores Deputados, é óbvio que o Funcionalismo Público passa por situação de extrema dificuldade financeira visto a falta de uma política salarial decente que represente, de fato, o respeito a esses trabalhadores. É óbvio também que a proposta do Nobre Líder do Governo objetiva dar uma decisão imediata a essa situação do reajuste do Funcionalismo Público, mas fica também aqui o registro da nossa preocupação quando, eu creio, todos os parlamentares desta Casa também recebem uma manifestação dos Sindicatos dos Servidores Públicos do Paraná colocando a sua preocupação em relação à diferenciação da proposta de reajustes contrariando princípios constitucionais como, inclusive, citou muito bem o Nobre Líder do PT, Deputado Ernani Pudell. Nós acreditamos até que se o Governo se curvasse do seu poder de definir essas questões e procurasse junto ao funcionalismo e às suas lideranças discutir uma proposta mais convincente, com certeza, todos sairiam vitoriosos. É óbvio que esse reajuste não representa nada para quem está passando por situações difíceis, mas é pior sem ele. Por isso, nós temos certeza que se ele fosse tirado para se dar o espaço à discussão dessa mensagem, o Paraná sairia ganhando e esta Casa especialmente porque ela demonstraria de fato o seu poder, a sua liberdade em questão relacionado ao Poder Executivo. Lamentavelmente, não sendo possível, nós temos que aprovar tal mensagem como está, mas não deixando de registrar aqui o nosso protesto pela falta de discussão, pela falta de participação e pela falta de uma política salarial que, de fato, contemple os anseios do Funcionalismo Público do Estado, quando a Constituição Brasileira e a Constituição do Estado garantem aos funcionários públicos isonomia em questão salarial.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, nós não entendemos de forma alguma a argumentação do Deputado Ernani Pudell e também do Deputado Paulo Maia no que diz respeito a protelarmos por, não mais um dia, mas sim uma semana, quem sabe até um mês a decisão para que possamos implantar os reajustes salariais que S.Exa. manda a esta Casa de Leis.

O Deputado Rafael Greca disse em seu pronunciamento que os funcionários estão com a corda no pescoço. Nós até não discordamos disso, mas toda a sociedade brasileira, todos os segmentos sociais, sejam eles profissionais liberais, os agricultores, em empresários, todos estão com a corda no pescoço. No entanto, ao que a gente assiste de parte da palavra do Depu-

tado Ernani Pudell em especial, é que ao invés de afroxarmos esta corda que está no pescoço do servidor público pretende este mesmo Deputado chutar o banquinho para que a pessoa, que está com a corda no pescoço, seja enforcada mais rapidamente.

O que nós estamos pretendendo, evidentemente, e aí correta é a avaliação do Deputado Paulo Maia, é dar o mínimo de alento aos servidores públicos, propiciando a eles esse ajuste salarial que vem de encontro àquilo que pode o Governo do Estado oferecer, hoje, em função do que estabelece a Constituição Federal, em termos de limite de 65% da arrecadação e em cima principalmente da arrecadação que vem obtendo o Estado do Paraná, através do ICMS e outros tributos.

Não podia o governo do Estado oferecer mais. Ofereceu o que estava nas suas condições de arrecadação e dentro daquilo que permite a Constituição Federal e a Constituição Estadual.

Não permitir a votação hoje, em primeira, em segunda, redação final, se for o caso dessas Mensagens do Poder Executivo e dos demais órgãos que integram a esfera de funcionalismo público é ao invés de afroxarmos a corda que está no pescoço, fazemos com que o servidor seja enforcado mais rapidamente.

Não vemos Senhores Deputados, na idéia do Deputado Ernani, que quer chutar o banco para que o servidor seja enforcado mais rapidamente.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Diz o Deputado Orlando Pessuti que há pressa em aprovação de tal mensagem. Concordamos, mas se alguém tem pressa, devia ter mandado no começo do mês, Nobre Deputado, e não mandar nas vésperas do feriado e se há muita pressa, nós podemos ficar aqui durante o feriado também para votar, porque não temos preguiça de trabalhar durante esse período.

(Túmulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encaminhamento de votação não é permitido aparte.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não estou apartando, o nobre deputado, Presidente.

O SR. DR. ROSINHA - ... Atrasado desde janeiro, por isso mesmo, então deveria mandar já desde janeiro e não agora nas vésperas de feriado, no afogadilho, para que a gente ficasse analisando, parece que muita gente garante que nem o nobre Deputado deve ter lido. E olhe para isso, junto com alguns secretários e coronéis porque serão contemplados com mais de 100% de

reajuste, enquanto o trabalhador só 30%.

Mandar no afogadilho é colocar nós os Deputados, contra a parede, ou aprovam o que vem ou somos contra os servidores, quando isso não é verdade. Nós somos favoráveis aos servidores e contrários ao cabresto que tenta botar o Poder Executivo, botando-nos contra a parede para colocar isso sim além da corda que está no pescoço dos servidores, colocar na dos Senhores Deputados, para acusar de que eles são contra os servidores.

Portanto, nós podemos fazer sessões amanhã, depois de amanhã, sábado e domingo, não tem problema, ficaremos aqui mas vamos analisar como deve ser analisado.

Inclusive mensagem que foi lida hoje, para anexar à Mensagem nº 16, que muitos Senhores Deputados nem leram, porque está na Mesa, chegou agora, neste momento.

Se está a corda no pescoço, nós sabemos e não adianta só afrouxar e apertar o mês seguinte, porque o que está fazendo esta mensagem, desafrouxando e tirando a corda do pescoço dos cargos em comissão, dos senhores secretários, dos coronéis, basta ver o que está acontecendo.

Nós podemos discutir agora em seguida, durante este final de semana, não tem problema e nós podemos também acrescentar folha suplementar, no começo do mês e se o salário e as condições forem melhores, inclusive pode afrouxar mais essa corda que está no pescoço, não colocar no servidor e colocar nos Deputados.

Estão pensando que a gente não quer discutir, queremos sim, nós não aceitamos coisa imposta guela abaixo, inclusive com tabelas novas que devem ser analisadas. Não se analisa em menos de 24 horas essas tabelas. Nós pelo menos do Partido dos Trabalhadores não aceitaremos cabresto, não aceitaremos votar sem discutir o que está colocado, porque temos moral e temos consciência do que fazemos e não somos de vestir qualquer coisa, como querem nos impor não, nobre Deputado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero formular uma questão de ordem que precede a apreciação desse requerimento.

O artigo 19 do Regimento Interno desta Casa, determina juntamente com o artigo 20 que são atribuições do presidente da Mesa fazer zelar pelo cumprimento do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. O art. 94, em seu § 1º, também do Regimento Interno, determina expressamente que, salvo deliberação do Plenário, nenhum projeto entregue à discussão inicial ou única na Ordem do Dia, sem que figure em pauta, ficando sobre a mesa para conhecimento e estudo dos Deputados durante três sessões consecutivas, e sendo

publicado na íntegra, pelo menos uma vez na Ordem do Dia, sem contar que outros dispositivos constitucionais que visam assegurar o prévio conhecimento das matérias que estarão em curso, em votação no Plenário, eles determinam claramente que essas matérias devem figurar na Ordem do Dia.

Neste sentido, Sr. Presidente, a questão de ordem que nós formulamos e dentro do espírito que nós estamos defendendo para os trabalhos nesta Casa, é de que não foi publicado nenhuma vez na Ordem do Dia, nós teremos a Sessão Extraordinária logo após, com o conhecimento prévio de poucas horas dessas matérias, então nós pedimos a Vossa Excelência, formulando esta questão de ordem, que tem a prerrogativa regimental de fazer respeitar o Regimento Interno e principalmente fazer respeitar o direito de todos os Deputados em ter prévio conhecimento das matérias que estarão sendo apreciadas, que Vossa Excelência se pronuncie, independente do Plenário e acate a Questão de Ordem determinando então que seja publicado na Ordem do Dia as mensagens, para que nós tenhamos a possibilidade de analisá-las, pelo menos com as 24 horas de antecedência que são exigidas pelo Regimento Interno e pelo espírito democrático que deve presidir os trabalhos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Improcede a Questão de Ordem.

Vossa Excelência menciona o Art. 19: "O Presidente é o órgão da Assembleia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal de sua ordem, na conformidade deste Regimento."

Art. 175 - "Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição."

§ 2º - "A Assembleia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que se faça na mesma sessão, uma votação e a discussão subsequente."

Está indeferida a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, a minha Questão de Ordem versava, não sobre interstício, mas sim sobre a publicação da matéria na Ordem do Dia, que é do art. 94, e eu citei bem claramente o art. 19 combinado com o art....

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os projetos se encontram em Regime de Urgência, com parecer da C.C.J. e Comissão de Finanças. A Comissão de Justiça poderia criar obstáculos e não criou. Não é esta Presidência que vai criar.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Questão de Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em meu nome e dos Deputados da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, aqui representados pelo Sr. Deputado Paulo Maia e pelo Sr. Deputado Albino Corazza Neto, e em nome do Deputado Algaci que está exercendo a Prefeitura e da Deputada Emília que está em Londrina preparando a homenagem de logo mais à noite, e também do Cezar Silvestri, eu quero referendar a necessidade da votação das mensagens do Sr. Governador, embora discorde com a forma como tal vem sendo encaminhado.

Nós vemos aqui o conflito entre duas normas de direito, no meu ponto de vista: o direito da sobrevivência elementar do funcionalismo público do Estado, num momento de inflação gravíssima, sobretudo com acentuadas defasagens salariais e o direito do Parlamento de afirmar as suas prerrogativas.

Na verdade, eu, em todo o tempo que tenho estado Deputado, nunca vi qualquer aumento superior à vontade do governante. Nós temos que ter uma certa consciência disto. Diz o governante que detém a chave do cofre. Precisa ser questionado.

Mas, Deputado Pudell, nós jamais tivemos condição de realmente saber se o cofre está sendo bem administrado ou não. Se o tempo pede que a gente derrube todas as máscaras para a verdadeira construção da democracia, a gente jamais conseguiu saber do que dispõe realmente a Secretaria da Administração para definir sua prioridade de governo.

Aliás, quando comecei minha carreira de Deputado, ouvi um velho Deputado dizer para outro aqui: "Deixem o Rafael defender o funcionalismo, porque o funcionalismo público não dá voto." Depois, vendo a campanha do Senador José Richa, nós mais ou menos acreditamos nisso. Foi muito fraca a mobilização do funcionalismo público em defesa daquele que teria sido extremamente correto com o funcionalismo público estadual, na condução dos seus direitos e nos seus deveres de governante e de bom patrão. Em todo o caso, acho que entre o direito de sobrevivência e o direito do parlamento, mesmo insistindo intransigentemente de que o Parlamento deve ser respeitado, a Constituição deva ser respeitada, a Bancada do PDT vai votar consciente de que a Constituição do Estado está sendo rasgada mais uma vez, vai votar pela imediata aprovação das mensagens.

Espero que a emenda do Deputado Fregonese ao art. 9º, tenha acolhida de boa vontade que nós Deputados da Oposição estamos dando à proposta do Sr. Líder do Governo, até como uma espécie de homenagem a esta Assembléia, para que pelo menos se disfarce o poder de arbítrio do príncipe.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Orlando Pessuti e outros, conservem-se como estão. - Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Com o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa fará distribuir os avulsos para a próxima Sessão Extraordinária, onde constam todos os projetos e respectivos pareceres. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que reconhece oficialmente a competição nos Jogos da Juventude. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 529/91, de autoria do Deputado JOSE ALVES, que autoriza o Poder Executivo a realizar procedimentos para construção de rodovia interligando Maringá a Faxinal dos Mendes, no Município de Tibagi. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. EMENDA da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa Ampliativa de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA AMPLIATIVA
DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO
PROJETO DE LEI Nº 529/91

Artigo Único - Modifica o parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei nº 529/91, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - ...

Parágrafo Único - Dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação da presente lei, o Poder Executivo baixará normas para a execução da presente lei, podendo, entre elas, estabelecer que parte ou o total das despesas de construção dessa rodovia serão ressarcidas através da cobrança de pedágio."

Sala das Sessões, em 15.04.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: SEVERINO FELIX, ALCEU SWAROWSKI, TOTI COLAÇO e EURIDES MOURA.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, há emenda de Plenário. Passou pelas Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deve voltar às Comissões. Será encaminhado às Comissões.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 602/91, de autoria dos Deputados ORLANDO PESSUTI e RENATO ADUR, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal especial, na forma que especifica, a Sra. MARIA BERARDI. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/91, de autoria dos Deputados ORLANDO PESSUTI e RENATO ADUR, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal especial, na forma que especifica, a Sra. GENIR SILVA JUSTINO. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, nos Projetos de Lei nºs 602 e 603, eu gostaria de registrar o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 12/92, que revoga o art. 190, com seus incisos I e II e parágrafo único da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DR. ROSINHA - Também para registrar o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/92, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN que autoriza a Prefeitura Municipal de Terra Rica a usar sete (07) salas do Ginásio Estadual Santo Ignácio de Loyola, como salas de aula para Cursos Supletivos, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimentos de nºs 482 a 484, autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 480 e 487, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 477, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 481, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 488, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA - Com o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de nº 478, de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 491, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 486, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. - Em votação.

A Mesa considera sobrestado o requerimento, para apreciá-lo na Sessão Extraordinária.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu só gostaria de registrar, Sr. Presidente, para que conste nos Anais desta Casa, porque o ano passado, quando fizemos uma manifestação na tribuna desta Casa, referente ao desrespeito que havia por parte do Governo, relativamente à educação, fomos tidos como desrespeitador à Constituição do Estado.

Eu faço questão que se registre nos Anais da Casa, mesmo após a manifestação do nobre líder da nossa Bancada, Deputado Rafael Greca, da nossa forma de votação, o que diz e o que acontece quanto às Mensagens do Governo, que aqui estão, e o porquê da nossa manifestação.

O Capítulo II, "Dos Servidores Públicos Cíveis", no seu art. 33, § 6º, inciso II, diz: "Dos servidores públicos cíveis, tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajuste ou outros tratamentos remuneratórios, ou desenvolvimento nas carreiras. Segundo: a lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes, do mesmo Poder, ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho."

Com isto aqui, Sr. Presidente, fica

caracterizado, nesta Casa, que quem tem freqüentemente desrespeitado a Constituição do Estado do Paraná, não tem sido o Deputado Paulo Maia e nem a maioria dos membros que compõem o corpo plenário desta Assembléia, mas sim, o Governo do Estado, quando trata as questões dos seus funcionários da forma como está tratando atualmente, com o envio destas mensagens.

Era só.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Nós temos mais um requerimento na mesa. Só queria que Vossa Excelência informasse se ele será votado na sessão seguinte, que é sobre o adiamento por cinco sessões das mensagens governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento será apreciado na Sessão Extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 571 e 605/91.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 525/91, 073, 077 e 082/92.

Levanta-se a sessão.